

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SERGIPE

Cristiano Cunha Costa
M.Sc. em Agroecossistemas
cristianocunha1982@hotmail.com

RESUMO

Diante da demasiada pressão humana sobre os recursos ambientais, causando enormes prejuízos estratégicos em termos de recursos naturais e biodiversidade, torna-se necessária a adoção de atividades de educação ambiental, no sentido de estimular a mudança de comportamentos, hábitos e atitudes. O Pelotão Ambiental realiza atividades de educação ambiental formal e não formal. As exposições permitem uma reflexão da ação do homem sobre os recursos naturais, permitindo mostrar algumas ações realizadas pelos policiais do Pelotão Ambiental e materiais usados no serviço. As palestras permitem a abordagem dos diferentes temas ambientais: poluição sonora, extração ilegal de minérios, tráfico ilegal de animais silvestres, tráfico ilegal de produtos florestais e outros. As trilhas são ferramentas de educação ambiental no meio natural, sendo realizadas com os policiais militares ambientais e alunos, permitindo o contato com a natureza de forma prática. São abordados: fauna e flora, tópicos da dendrologia, equilíbrio ambiental, recursos hídricos, dentre outros. A educação ambiental realizada pelo Pelotão Ambiental são ações isoladas e pontuais, restritas somente a datas ambientais comemorativas ou eventos escolares. São necessárias de caráter dinâmico e permanente em conformidade com o que pregoa a Política Nacional de Educação Ambiental.

Palavras-chave: Policiais ambientais. Alunos. Educação ambiental.

ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE ACTION OF POLICE SQUAD ENVIRONMENTAL OF STATE SERGIPE

ABSTRACT

Given the excessive human pressure on environmental resources, causing huge strategic losses in terms of natural resources and biodiversity, it is necessary to adopt environmental education activities, to stimulate the change of behavior, habits, and attitudes. The Environmental Platoon conducts formal and non-formal environmental education activities. The exhibits allow a reflection of human action on the natural resources, allowing some actions taken by the police of the Environmental squad and materials used in the service to be shown. The lectures provide a different approach to environmental issues: noise pollution, illegal extraction of minerals, illegal wildlife trafficking, illegal trade of forest products and others. The trails are tools of environmental education in the wild, being held with the environmental police officers and students, allowing the contact with nature in a practical way. Are covered: flora and fauna, dendrology topics, environmental, water resources, among others. The Environmental education conducted by the Environmental Platoon is isolated and sporadic actions, restricted only to environmental commemorative dates or school events. It takes a dynamic character and standing in line with what the National Environmental Education proclaims.

Keywords: Environmental police. Students. Environmental education.

1. INTRODUÇÃO

A degradação ao meio ambiente tem se destacado por conta do aumento dos crimes ambientais, causando enormes prejuízos aos recursos naturais e à biodiversidade, tendo como

Recebido em 30/11/2012
Aprovado para publicação em 09/05/2013

consequência o decréscimo da qualidade de vida da população. Dessa forma, favoreceu-se o surgimento da Polícia Militar Ambiental no sentido de proteger o meio ambiente.

O Pelotão de Polícia Ambiental do Estado de Sergipe (PPAMB) foi criado no ano de 1996, tendo como objetivo assegurar a preservação ambiental, inibindo os crimes ambientais.

Além disso, estimula a sensibilização ambiental da população sergipana por meio de ações de educação ambiental de caráter formal e informal. Trata-se de uma educação que tem a obrigação de envolver a comunidade, internalizando a mudança de comportamentos e atitudes.

2. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os aspectos conceituais da educação ambiental sempre estiveram diretamente relacionados ao surgimento da problemática ambiental e atingiu o seu auge na década de 80. Certamente, vários fatores contribuíram para a sua consolidação e expansão. Entre eles, destacam-se a transformação da problemática ambiental em questão política relevante e as próprias consequências do modelo de exploração ambiental, que contribuíram fortemente para o aspecto social, político e econômico vigente no país (GUARIM, 2002).

A Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN), na década de 70, definiu a educação ambiental como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e a apreciação das interações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico (DIAS, 2003).

Na Conferência de Tbilisi (1977), foi definida como uma dimensão dada ao seu conteúdo e prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Dessa forma, essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 2003).

No entendimento de Santos (2006), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92 destacou a necessidade do enfoque interdisciplinar, priorizando algumas áreas, tais como, a reorientação da educação para o desenvolvimento sustentável, aumento de esforços, propiciando informações sobre meio ambiente, almejando promover a sensibilização popular.

Para Oliveira (2000), na medida em que o homem é parte integrante da natureza e detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos age, permanentemente, sobre sua base natural de sustentação, alterando suas propriedades e, em decorrência deste processo interativo, a sociedade, também, sofre modificações em sua dinâmica.

A UNESCO (1987) definiu a educação ambiental como sendo um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. Isso significa que os seus objetivos estão diretamente relacionados com mudanças de valores e atitudes as quais, necessariamente, devem passar por reflexões a respeito da visão do ser humano sobre si mesmo, sobre seu meio ambiente e as relações entre o ambiente humano construído e o ambiente natural (WWF, 2003).

No Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizada em Moscou (1987), concordou-se que a educação ambiental deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos.

A educação ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é

mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2004).

Trata-se de uma educação que deve definir os valores e motivações que conduzam a padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio ambiente (DIAS, 2003). Uma questão crucial para o sucesso dos programas de educação ambiental é a adoção de ferramentas adequadas para que cada grupo atinja o nível esperado de percepção ambiental (JACOBI *et al.*, 2004).

3. POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO ESTADO DE SERGIPE

A criação do Pelotão de Polícia Ambiental suscitou de uma ideia conjunta entre o Secretário de Estado do Meio Ambiente, José Araújo Filho e o Comandante da Polícia Militar de Sergipe Cel. QOPM Pedro Paulo da Silva, com o aval do Governador Albano Pimentel do Prado Franco, sendo implantado em 05 de agosto de 1996. Atualmente, o Pelotão de Polícia Ambiental está situado no Parque Governador Valadares (Parque dos Cajueiros).

É uma unidade que objetiva a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais existentes no Estado de Sergipe, apoiando e auxiliando os órgãos ambientais competentes como IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ADEMA (Administração do Meio Ambiente) e ONG's.

Além disso, atua na fiscalização das áreas preservadas, coibindo as ações delituosas e depredadoras do meio ambiente, tais como desmatamento de mangues, caça e pesca ilegais, poluição ambiental, entre outras.

Tal responsabilidade é dada pela Constituição Federal ao relatar que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora (Brasil, 1988).

O Pelotão de Polícia Ambiental se efetiva, também, como um veículo sensibilizador da população sobre a necessidade de preservação dos ecossistemas do nosso Estado, para a melhoria da qualidade de vida.

4. AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS PELO PELOTÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SERGIPE

A degradação do meio ambiente foi, inicialmente, debatida na Conferência de Estocolmo (1972) e as discussões sobre os princípios, orientações e conceitos sobre a educação ambiental foram discutidos na Conferência de Belgrado (1972) e na Conferência de Tbilisi (1977). No Brasil, tais discussões somente foram realizadas em 1992 com a ECO-92.

É interessante destacar que, paralelamente as discussões do impacto das ações antrópicas no meio ambiente, tanto a nível local como global, sempre se deu o reconhecimento da educação ambiental como ferramenta indispensável à sensibilização da população.

A educação ambiental tem a obrigação de envolver a comunidade, no sentido de ampliar a percepção, internalizando a mudança de comportamentos e atitudes.

Dentro desse contexto, insere-se a importância da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) que promoveu a inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino formal e não-formal, visando inserir o tema no âmbito da sociedade brasileira (BRASIL, 1981).

Além disso, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) prescreve que a educação ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, instituições públicas e privadas do sistema de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL, 1999).

No Pelotão de Polícia Ambiental foi criado o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), de acordo com o Boletim Interno 032 de 13 de agosto de 2010, devido à necessidade de realizar atividades de educação ambiental em escolas e comunidades. Dentre essas atividades, podem ser destacadas, por exemplo, palestras, exposições e trilhas ecológicas.

4.1. EXPOSIÇÕES AMBIENTAIS

O NEA é, constantemente, convidado para participar de atividades sobre o meio ambiente em escolas públicas e particulares. Nas exposições (figura 1) é apresentado o material utilizado no serviço ordinário, como materiais para a captura de animais silvestres em residências (pulsar, caixas de contenção, cambão, luvas, ganchos, dentre outros).

Figura 1: Participação em exposição em escola pública.



Fonte: PPAMB, Aracaju, 2010.

Nessas ocasiões, é explicada a forma correta de se fazer a captura do animal silvestre sem machucá-lo, mostrando na prática o uso de cada equipamento de contenção animal. Além disso, é destacada a importância da fauna no meio ambiente, o motivo pelo qual os mesmos estão sempre “adentrando” as residências e se aproveita a oportunidade para falar sobre as causas e consequências do tráfico de animais silvestres.

Dentre os animais capturados pelo Pelotão Ambiental em solicitação de ocorrências, podem-se destacar as corujas e cobras, principalmente. Isso se deve pelo fato da expansão territorial da cidade de Aracaju, uma vez que está havendo uma redução das áreas naturais, como mangues e remanescentes florestais.

Diante da supressão da vegetação natural, a fauna silvestre fica coagida por conta da falta de alimentos e *habitat*, tornando um “problema urbano”, devido ao desequilíbrio ambiental.

Para o entendimento de Ruscheinsky (2002), o basilar da educação ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas. Em função disso, torna-se necessária a consolidação de um entendimento mais amplo do processo de educação ambiental, ou seja, de que a educação ao trabalhar com as questões ambientais não se reduza ao ensino ou a defesa da ecologia (OLIVEIRA, 2000).

4.2. PALESTRAS AMBIENTAIS

O Pelotão Ambiental, também, realiza palestras em escolas públicas e particulares, e comunidades (figura 2), abordando os diferentes temas ambientais: poluição sonora, extração ilegal de minérios, tráfico ilegal de animais silvestres, tráfico ilegal de produtos florestais, saúde ambiental, legislação ambiental e outros.

Durante as palestras, é realizada uma abordagem sistêmica da relação causas/consequências das ações antrópicas sobre o meio ambiente e da correlação dos fatores ambientais sobre a seara da saúde, economia, cultura e social da esfera individual e coletiva.

Figura 2: Palestra em Unidade de Saúde.



Fonte: PPAMB, Aracaju, 2012.

Diante dessa expectativa, destaca-se a importância da interação do órgão público, neste caso o Pelotão Ambiental, com a comunidade no que se refere ao estímulo de ações de cidadania e participação.

A educação ambiental deve ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental envolvendo a comunidade sob a perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, ecológica e cultural, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, independente do nível, dão lugar às ações que afetam o meio ambiente (Oliveira, 2000).

Com base na Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), além de promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, também visa potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais.

Ainda de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, dentre os objetivos fundamentais da educação ambiental está o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999).

4.3. TRILHAS ECOLÓGICAS

As trilhas ecológicas são tidas como ferramentas de educação ambiental no meio natural com os policiais militares, que compõem o Pelotão Ambiental, e com alunos de escolas públicas e particulares, permitindo o contato com a natureza de forma prática. São abordados vários temas ambientais como, por exemplo, a relação da fauna e flora, tópicos da dendrologia, mata atlântica, recursos hídricos, etc.

As trilhas realizadas com os policiais militares ambientais são realizadas na unidade de conservação federal Parque Nacional Serra de Itabaiana, onde na oportunidade os policiais tem um dia de contato mais próximo com o meio natural e compreende a interação dos fatores ecológicos (figura 3).

As trilhas já fazem parte do calendário anual do Pelotão Ambiental, possuindo algumas peculiaridades, uma vez que permite atividades de educação ambiental, meio de distração e lazer para os espíritos aventureiros, permitem a socialização com outros membros militares não integrantes do Pelotão Ambiental.

Figura 3: Trilha ecológica com os policiais ambientais.



Fonte: PPAMB, Aracaju, 2011.

As trilhas ecológicas com os alunos são realizadas em um fragmento de Mata Atlântica existente no Parque Governador Valadares, também, conhecido como Parque dos Cajueiros (figura 4). Dessa maneira, para Magro & Freixêdas (1998) cabe ao guia da trilha despertar a curiosidade dos alunos sobre os recursos naturais existentes, explorando a qualidade da experiência ambiental durante a visita.

Figura 4: Trilha ecológica com alunos de escola pública.



Fonte: PPAMB, Aracaju, 2012.

Os fragmentos florestais dentro das cidades são de caráter indispensável para a manutenção da qualidade de vida, pois proporcionam inúmeros benefícios para a comunidade existente: melhoram a qualidade do ar, oferecem sombra, amenizam as altas temperaturas, servem de abrigo e produzem alimentos aos animais, funcionam como barreira acústica, melhoram as condições do solo, valorizam os imóveis do ponto de vista estético e ambiental.

Durante a trilha ecológica, é estimulada nos alunos a percepção ambiental por meio da visão e audição, estimulando ouvir os sons e ver detalhes do fragmento (canto dos pássaros, vento nas folhas das árvores ou movimento de outros animais). É comentada a dinâmica florestal do fragmento, abordando o nome científico e o nome vulgar das espécies florestais e as interações entre os fatores biológicos. A trilha no fragmento contribui para a sensibilização dos alunos, ao enfatizar a floresta e suas relações ecológicas com o ar, água, solo, fauna e ser humano, como essenciais para todas as formas de vida. Para isso utilizam-se a sensibilização, a interatividade, os sentidos e o lúdico para transmitir informações técnicas, ecológicas e curiosidades em linguagem adequada à faixa etária dos alunos.

As trilhas não visam somente à transmissão de conhecimentos, mas, também, propiciam atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio do uso dos elementos originais através de experiência direta, tornando-se um instrumento básico de programas de educação ao ar livre (Pádua & Tabanez, 1997; Ashbaugh e Kordish, 1971 *apud* Possas, 1999).

A realização de educação ambiental em trilhas pode incluir atividades dinâmicas e participativas, em que o público recebe informações sobre recursos naturais, exploração racional, conservação e preservação, aspectos culturais, históricos, econômicos, arqueológicos, e outros (Tabanez *et. al.*, 1997 *apud* Tabanez e Pádua, 1997).

Para a Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, competências e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Por outro lado, evidencia-se, claramente, que as atividades de educação ambiental realizadas pelo Pelotão Ambiental ficam estritamente ligadas a datas ambientais comemorativas ou a eventos escolares, sendo ações isoladas e pontuais, indo de encontro aos princípios de dinâmico e permanente que o processo deve possuir.

5. CONCLUSÕES

Evidencia-se, claramente, que as atividades de educação ambiental realizadas pelo Pelotão Ambiental ficam estritamente ligadas a datas ambientais comemorativas ou a eventos escolares, sendo ações isoladas e pontuais, indo de encontro aos princípios de dinâmico e permanente que o processo deve possuir.

É necessário o desenvolvimento de ações de educação ambiental de caráter dinâmico e permanente em conformidade com o que pregoa a Política Nacional de Educação Ambiental, levando-se em consideração o meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

O Pelotão Ambiental deve levar em consideração o processo pedagógico participativo permanente para incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade o entendimento das ações impactantes sobre o meio ambiente.

6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **LEI Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15/11/12.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

GUARIM, V. L. M. S. **Barranco Alto: uma experiência em educação ambiental**. Cuiabá, UFMT, 2002.

JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola

Moça, MG. **Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAGRO, T. C.; FREIXÊDAS, V. M. **Trilhas**: como facilitar a seleção de pontos interpretativos. Circular Técnica IPEF 186. Piracicaba: Instituto de Pesquisas Florestais, 1998.

OLIVEIRA, E. M. de. **Educação ambiental**: uma possível abordagem. Brasília: IBAMA, 2000.

POSSAS, I. M. Programa GUNMA: Integrando Parque Ecológico e Comunidade no município de Santa Bárbara do Pará. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Pará, 1999.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, C. S. Tipificação do lixo visando estratégias de educação ambiental no Parque Nacional Serra de Itabaiana. **Monografia de Graduação**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2006.

TABANEZ, M. F.; PÁDUA, S. M. Uma abordagem participativa para a conservação de áreas naturais: Educação ambiental na mata atlântica. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de conservação**. V.02, 1997.

WWF. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Sylvia Mitraud (org.). WWF Brasil, Brasília, 2003.